



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0015902-61.2011.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Desacato**  
 Documento de Origem: **TC - 125/2011 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Ricardo Alexandre Constancio**  
 Vítima: **Marcia Napolitano e outro**

Aos 07 de dezembro de 2016, às 16:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Dr(a). Gustavo Luis de Oliveira Zampronho**. Presente o réu Ricardo Alexandre Constancio, acompanhado de defensor, o Drº **Drº Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. Iniciados os trabalhos, tendo sido verificada a ocorrência da prescrição porquanto entre a data do recebimento da denúncia, 30.07.12, a fls.57, e a presente data, decorridos mais de 04 anos, prazo prescricional da pena máxima cominada ao delito, as partes requereram o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva. **Pelo MM Juiz foi dito:** "Ricardo Alexandre Constancio, qualificado a fls.03, foi denunciado como incurso no art.331 do CP porque na data e horário mencionados na denúncia desacatou a funcionária pública Marcia Napolitano. Recebida a denúncia a fls.57, após regular procedimento, chegou-se a audiência de instrução, debates e julgamento, tendo as partes requerido o reconhecimento da prescrição. **É o relatório. Decido.** De fato, entre o recebimento da denúncia (fls.57) e a presente data, decorreram mais de quatro anos. Este é o prazo da prescrição em abstrato da presente infração. De rigor o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva. Ante o exposto, **JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE** de Ricardo Alexandre Constancio com fundamento no art.107, IV, do CP. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Talita Vanessa Penariol Natarelli, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Defensor Público:

Ré(u):